

Ano XX nº 6038 – 24 de abril de 2019

Governo censura informações sobre Reforma da Previdência

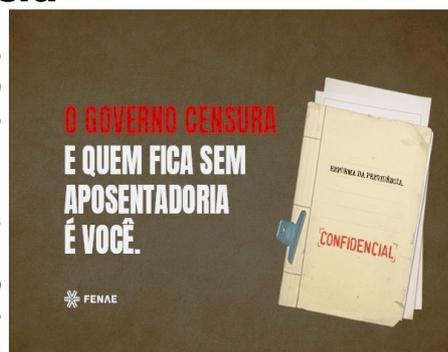
A reportagem do Jornal Folha de S. Paulo da última semana mostra que o governo de Jair Bolsonaro omite informações que justificariam a "reforma" da Previdência. O Ministério da Economia impôs sigilo em relação a estudos e pareceres técnicos que embasariam a Proposta de Emenda à Constituição 6/2019, a PEC da Previdência.

Isso significa que o cidadão não pode ter acesso às estatísticas e dados que sustentam o texto em tramitação na Câmara dos Deputados. O jornal afirmou ter tomado conhecimento da situação ao formular um pedido com base na Lei de Acesso à Informação.

"O governo quer mudar as regras da aposentadoria de todos os brasileiros, mas proíbe a população de ter acesso aos dados que fundamentam a proposta. Atitude vergonhosa, que prova que o governo tem muito a esconder. É inaceitável que se vote a reforma da Previdência antes que abram os números", aponta o deputado federal Alessandro Molon (PSB-RJ).

"O governo vem impedindo o acesso à informação pública. Já proibiu jornalistas em coletivas, retirou dados da web e atacou credibilidade do IBGE. Agora, se recusa a apresentar estudos sobre essa reforma da Previdência. Mais um ataque à democracia e o combate à corrupção", disse o deputado federal Edmilson Rodrigues (PsoL-PA).

Até mesmo apoiadores de Jair Bolsonaro criticaram o sigilo. A deputada estadual de São Paulo Janaina Paschoal (PSL), do mesmo partido do presidente, demonstrou no Twitter sua insatisfação. "Erra o governo ao decretar sigilo sobre relatórios que embasam a Reforma da Previdência. O erro se deve a dois fatores. Primeiro, a publicidade é a regra. Segundo, a Reforma da Previdência será a maior reforma social dos próximos tempos, quanto mais clareza em torno dela, melhor!", disse.



Ministério da Saúde abre 2ª fase da vacinação contra gripe

A Campanha Nacional de Vacinação contra a Gripe entra em nova etapa em todo o país. A primeira fase, que teve início em 10 de abril, vacinou crianças, gestantes e puérperas.

Agora, o restante do público-alvo, trabalhadores da saúde, povos indígenas, idosos, professores de escolas públicas e privadas, pessoas com comorbidades e outras condições clínicas especiais, adolescentes e jovens de 12 a 21 anos sob medidas socioeducativas, funcionários do sistema prisional e pessoas privadas de liberdade, poderão receber a vacina. De acordo com o ministério, 41,8 mil postos de vacinação estão à disposição da população.



Projeto em Petrópolis proíbe cobrança de taxa para desligar e religar abastecimento de água

A Câmara Municipal de Petrópolis, aprovou o projeto de lei que proíbe o Consórcio Águas do Imperador de cobrar taxa de desligamento e religamento acima do valor mínimo cobrado de abastecimento, que é de R\$ 64,00.

A matéria é de autoria dos vereadores Jamil Sabrá e Marcelo Lessa. Foram apresentadas várias denúncias de pessoas que pagam R\$ 214,00 para religar o abastecimento e mais de R\$ 300,00 para desligar.

